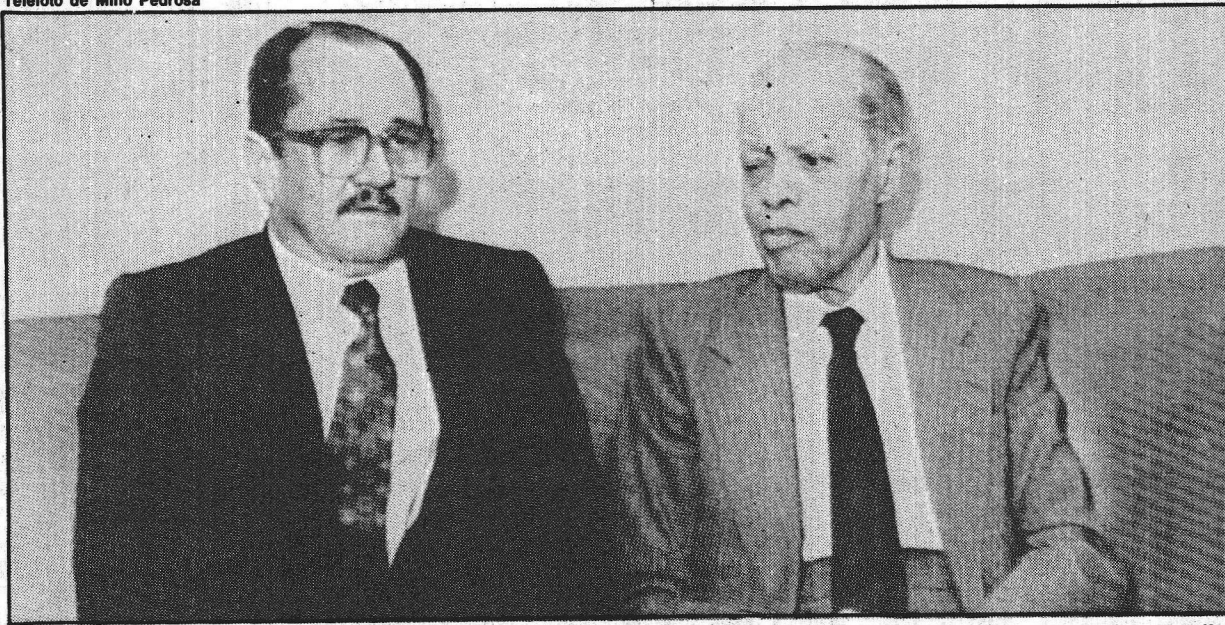




Paes de Andrade (com Nelson Carneiro) ainda não convocou os líderes para decidir se adia o recesso de julho

Regimento prevê o 'recesso branco'

BRASÍLIA — O Regimento Interno da Câmara, com votação marcada para amanhã, oficializa o "recesso branco" que antecede as eleições. Com isto, a partir de 15 de setembro não haverá ordem-do-dia para as sessões da Câmara, ou seja, nenhum projeto será votado a partir desse dia. Mesmo assim, os deputados pretendem elaborar e aprovar 42 leis complementares à Constituição, sem que até agora tenham decidido se suspenderão ou não o recesso assegurado para o mês de julho.

Até agora apenas dois Deputados — Antônio Britto (PMDB-RS) e Jorge Hage (PSDB-BA) — solicitaram à Mesa da Câmara que o recesso de julho seja suspenso, para tornar possível a aprovação das 42 leis consideradas prioritárias, entre as 155 necessárias para complementar a Constituição. Segundo Antônio Britto, apenas 70 dias (até o começo do

"recesso branco", quando os parlamentares se empenharão na campanha presidencial) não são suficientes para elaborar e aprovar 42 leis.

Até ontem, no entanto, o Presidente da Câmara, Deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), não marcou nenhuma reunião com os líderes dos partidos para decidir sobre o recesso de julho. O primeiro Vice-Presidente, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), acha que deve ser feita uma consulta a todos os deputados, para que a decisão seja democrática.

Entre as leis complementares consideradas prioritárias pelos deputados estão as que se referem à desapropriação de terras e definição de pequena propriedade rural, à demissão sem justa causa, à participação nos lucros das empresas e à proteção dos trabalhadores diante da automação.